



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 24ª
(VIGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 3 DE ABRIL DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Aylton Gomes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 21ª Sessão Ordinária;
- Ata da 22ª Sessão Ordinária;
- Ata da 23ª Sessão Ordinária;
- Ata da 4ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 5ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para falar da situação do Senador Demóstenes Torres, aquele mesmo que veio a esta Casa, juntamente com outros integrantes do PSDB e do DEM, protocolar o pedido de *impeachment* do Governador Agnelo Queiroz. O Sr. Demóstenes Torres veio aqui com esta missão: falar do pedido de *impeachment* do Governador Agnelo Queiroz. Esse Sr. Demóstenes Torres, Deputado Rôney Nemer – e hoje está mais do que claro –, tem dupla personalidade, porque, enquanto ele se apresentava para a sociedade brasileira e até para o mundo – os canais de televisão do Brasil hoje, a *Globo*, a *Record*, a *Bandeirantes*, são internacionais; a *TV Câmara* e a *TV Senado* pegam no mundo inteiro – como paladino da moralidade, a ponto de o Presidente Sarney ter tido que encará-lo no plenário, dedo em riste, mandando respeitá-lo. E, ao mesmo tempo – aí é que eu fico imaginando o cinismo de uma pessoa – em que se apresentava assim, nos bastidores era o principal sustentáculo de uma facção do crime organizado no Brasil. Felizmente a Polícia Federal chegou nesse ninho, nesse covil.

Eu fico olhando as ponderações do advogado contratado pelo senhor Cachoeira. Ele fica dizendo: “Não, mas as provas não são legais!” Como as provas não são legais se foram alcançadas através de determinação judicial? O grampo era oficial, o grampo era uma determinação do Poder Judiciário. Portanto, não há que se falar de ilegalidade na ação da Polícia Federal. A Polícia Federal agiu de maneira legal.

Ontem tive acesso ao inteiro teor do inquérito, que agora virou ação na Justiça. Só que são 8 mil páginas, dá um trabalho danado para ler, acho que vou levar alguns meses. Se tem uma coisa que acho importante é que tudo que diz respeito a esse inquérito venha a público, sabe, Deputado Cláudio Abrantes? Que venha tudo! Quem estiver metido com essas gangues que responda pelo que fez. E não há também que se falar de perseguição política nesse caso porque não existe perseguição política. Existe uma investigação feita por uma instituição séria e respeitada no Brasil hoje, que é a Polícia Federal. Repito: fez as escutas através de autorização legal para fazê-las, não há nenhuma ilegalidade.

Eu acho importante que isso seja frisado e dito porque o senador paladino da moralidade, que se dirigiu a esta Casa para pedir a cassação do Governador, já naquele tempo havia sido pego, como se diz lá no interior do Nordeste, de calças curtas. E agora eu fico olhando a situação desse senador. Para qualquer coisa que acontecesse, ele tinha a resposta pronta na ponta da língua, e agora foge da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

imprensa. A *Globo* não consegue mais entrevistá-lo, os jornais não conseguem mais entrevistá-lo. Ele, que era tão solícito com a imprensa, de repente desaparece. É fundamental, interessante que ele tenha agora a capacidade, ele que falava dos supostos malfeitos dos outros, de falar dos seus malfeitos, dos malfeitos praticados por ele. Esse senador só se preocupava com os malfeitos dos outros, não se preocupava com os malfeitos dele.

Isso é importante porque é a demonstração clara, cabal de que este país está sendo passado a limpo efetivamente, de que tem uma instituição, a Polícia Federal, que não tem medo de cara feia, que não segue ditames de um governo. Essa Polícia Federal segue exatamente aquilo que se denominou no Brasil como ação republicana. Inclusive, a própria Polícia Federal detectou lá, Deputado Cláudio Abrantes, que havia delegado da Polícia Federal envolvido. O primeiro delegado que fez o levantamento foi cooptado pelo grupo, pelo crime organizado. Ele foi cooptado. Agora, o que é assustador é que o Ministério Público, Deputado Wasny de Roure, tenha demorado tanto tempo para encaminhar a investigação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, pertinentes as observações de V.Exa., exatamente por ser um Parlamentar bem informado, diga-se de passagem, que acompanha todo o debate político, que já teve experiência no Congresso Nacional.

O incrível é que diante de toda essa crise, que tem sérias implicações, o próprio Senador Demóstenes parece que tomou uma decisão no dia de hoje no que diz respeito ao seu afastamento. A revista *Veja* procurou priorizar como pauta principal, já vista em sua capa, o Santo Sudário. É impressionante que uma temática dessa envergadura e dessa importância, até mesmo para alguém que é vinculado à comunidade cristã e que tem o maior interesse... Mas é querer empobrecer o debate.

E a temática é tão palpitante, Deputado Chico Vigilante, que a revista *Carta Capital* nem chegou a circular em Goiânia, foi toda ela adquirida rapidamente. E isso nos causa estranheza porque, na realidade, a população está aguardando o desdobramento desse assunto, inclusive a revelação de fatos, de quem está envolvido nesse processo. Eu acredito que esse episódio vai ter um significado particular de grande envergadura na vida política brasileira, até porque o Senador Demóstenes Torres não era um senador qualquer. Era um senador que ligava para qualquer ministro e tinha um retorno imediato quando não atendido. Era alguém que tinha acesso imediato ao Supremo Tribunal Federal, ao STJ, ao Ministério Público. Ele não é qualquer senador! É um senador que é promotor do Ministério Público do Estado de Goiás!

Então, nós precisamos entender isso dentro de uma escala maior, dentro de um debate maior da própria política brasileira. Portanto, eu parablenizo V.Exa., Deputado Chico Vigilante, que tem trazido esse debate a esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Wasny de Roure, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero concluir, Deputado Wasny de Roure, dizendo que um outro debate precisa ser travado neste país, e precisamos fazer com que ele tenha êxito e se transforme até em uma determinação legal. Do meu ponto de vista, crimes que envolvem políticos tinham de ser julgados com prioridade absoluta. Ou seja, qualquer crime que envolver político tem de ter prioridade absoluta no que tange ao julgamento. Deve passar na frente de todos para que aconteça o julgamento, já que os deputados, o Presidente da República, os senadores têm foro privilegiado. Ao ter foro privilegiado, eles queimam etapas.

É preciso que, à medida que seja oferecida denúncia, haja julgamento imediato. Eu acho que é a melhor maneira de se fazer justiça neste país e de dar celeridade àqueles crimes que envolvem políticos, enfim, pessoas envolvidas com entes públicos. Temos exemplos, Deputado Chico Leite. Nós estamos assistindo aí a situação da chamada Caixa de Pandora. Até hoje nem a denúncia foi oferecida! Nós temos as situações do procurador Leonardo Bandarra e da procuradora, em que não houve julgamento.

Portanto, é fundamental que esse tipo de crime... O ideal era que tivesse até varas específicas para julgar crimes praticados por políticos e que fosse dada celeridade a esses casos.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, permita-me dizer a V.Exa. que nós tivemos uma luta intensa em momentos difíceis do Distrito Federal, e V.Exa. bem se lembra de que era muito mais difícil e que nós não tínhamos essa liberdade para o debate.

Eu aparteio V.Exa. para lembrar-lhe que, na realidade, não são as instituições que praticam crimes. São as pessoas. Honestos e éticos ou desonestos e antiéticos são as pessoas, não as instituições. Isso ocorre nas famílias, isso ocorre nas mais variadas instituições do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, das nossas Polícias. E não podemos deixar de reconhecer que, porque um membro de uma instituição dessa atua em desconformidade com a lei, é a instituição que o faz. Não. A própria instituição coloca-se contrariamente àquele membro. Aliás, instituição que se preza não aceita membro que se desvia da lei. Essa que é a diferença. Agora, as instituições, precisamos preservá-las.

Na Alemanha, Deputado Chico Vigilante, ainda no primeiro decêndio do século XX, havia dois debates que eram necessários que fizéssemos. Até hoje, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

direito anglo-saxão adota. A primeira é o fim do privilégio de foro. Acho que o privilégio de foro desiguala as pessoas. Se há julgamentos parciais, precisamos responsabilizá-los. Por isso é que sempre fui favorável a que tivéssemos um controle externo, seja da atividade policial, seja da atividade do Ministério Público, seja da atividade do Judiciário, como hoje existem o Conselho da Magistratura e o Conselho Nacional do Ministério Público, que, aliás, julgaram rapidamente os membros do Ministério Público lá. Foram rápidos em julgar-lhes, em afastar-lhes, enfim, em tomar todas essas medidas.

Dentro dessa linha, se V.Exa. me permite, diziam lá os alemães que, quanto mais existe responsabilidade, quer dizer, quanto maior a responsabilidade, quanto mais responsabilidade tem uma pessoa de estar de acordo com a lei, maior deverá ser a pena se ela não o fizer.

No Brasil, parece que é o contrário, aquele que tem mais possibilidade de atuar a favor da lei, de acordo com a lei, seja pelas posses, seja pela formação, seja pela responsabilidade, acaba tendo direito à prisão especial, acaba tendo direito a privilégio de foro. O privilégio de foro desiguala as pessoas em relação ao direito. Deveriam ser julgados, como no direito anglo-saxão, por um juiz de primeiro grau. V.Exa. vai se lembrar de que, quando Bill Clinton, ex-Presidente dos Estados Unidos da América, respondeu por aquele ilícito ainda quanto presidente, ele foi julgado por um juiz de primeiro grau e atendeu à acusação de um promotor. Esses são os dois primados. O primeiro, o fim do privilégio de foro. O segundo é a pena. Quanto maior é a possibilidade de alguém atuar conforme o direito, maior deve ser a pena se ele não o faz. E vice-versa. Quanto menor for essa responsabilidade, menor também deverá ser a pena. Isso independentemente da instituição, independentemente do partido, independentemente da crença, da coloração, da origem, independentemente de quem seja o infrator.

Era com essas modestas palavras, com essas palavras simples, que eu queria contribuir no debate que V.Exa. faz.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Chico Leite, V.Exa. tem inteira razão. Uma questão que sempre questionei: por que a pessoa que tem nível superior tem de ter prisão especial? Sabemos que, quando essa lei foi aprovada no Brasil, nível superior era para poucos da elite brasileira. Portanto, foi um privilégio colocado na legislação para exatamente atender à elite. Para mim, Deputado Chico Leite, criminoso é criminoso, seja pobre, rico, branco, preto ou amarelo. É criminoso. E criminoso tem de ser punido pelo que faz.

Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Aylton Gomes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Ainda nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista ou a alguém do Bloco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, prezados colegas, Deputada Arlete Sampaio.

Não estou vendo o Deputado Wasny de Roure, mas vejo o Deputado Chico Leite, que é um grande conhecedor do Direito. Deputado Chico Leite, a Constituição do Distrito Federal, nossa Lei Orgânica, determinava que, dois anos após promulgada, deveria ser feita uma revisão da renúncia de receita que era oferecida, até então, às empresas. Nós estamos em 2012 e até hoje, Deputado Chico Leite, não fizemos essa revisão. A renúncia fiscal do Distrito Federal, hoje, monta 1 bilhão de reais. Com as renúncias que aprovamos recentemente, esse número deve ser aumentado em mais 400 milhões, pelos meus cálculos. Não posso assegurar esse número, porque ainda não o vi materializado. Mas, pelos cálculos que têm sido enviados, devemos ter mais 1,4 bilhão de isenções fiscais. Isso já vem, Deputada Arlete Sampaio, lá do passado. Será que todos esses segmentos empresariais que, em um primeiro momento, precisavam desses incentivos para se estabelecerem, para criarem raízes em uma época em que o Distrito Federal não tinha a força do comércio, não tinha a força da indústria, são necessários? Essa revisão que está lá, imposta pela Lei Orgânica do Distrito Federal, era muito importante ser feita, porque temos um valor muito grande de recursos. E se, por um acaso, verificássemos que alguns desses benefícios poderiam ser cortados, poderíamos reverter isso para propiciar um diálogo melhor com as diferentes categorias profissionais, todas elas importantes, como os professores, os PMs e os bombeiros.

Pela liderança do PSD, venho aqui insistir em que possamos fazer essa revisão.

Por conta também dessa leitura, posso avançar um pouquinho mais e dizer que a nossa Lei Orgânica tem ainda vários dispositivos que são inconstitucionais. Por exemplo, Deputado Chico Leite, há um dispositivo que confere ao Distrito Federal poderes com relação à Câmara Legislativa, com relação à legislação de trabalho, que a gente sabe que é da Lei Federal. Então, são pequenas nuanças que terminam maculando a nossa Lei Orgânica. E há também vários e vários artigos da nossa Lei Orgânica que, até hoje, não foram regulamentados.

Foi criada aqui uma comissão para analisar todos os projetos em curso que alteravam a Lei Orgânica, as PELOs. Infelizmente, houve a convocação desta comissão e, naquele dia, apenas eu pude comparecer. Depois, não houve uma convocação novamente pelo Presidente da Casa. Peço a V.Exa., que é da Mesa Diretora, que encaminhe isso, porque os membros da comissão não podem solicitar, por modo próprio, uma nova reunião dessa comissão. Peço a sua atenção especial, Deputado Chico Leite, V.Exa., que é um jurista conceituado, respeitado, para que possamos avançar nesses temas. A sua palavra, dentro do Direito, tem credibilidade e, a todo momento, nós o estamos consultando.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, é fundamental aproveitarmos a Comissão. Toda PELO, antes de vir à Casa, precisa passar por uma comissão especial. Essa comissão especial parece que foi formada no final do ano passado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim, foi publicada.

DEPUTADO CHICO LEITE – Isso. Então, é fundamental que convoquemos... Aí eu queria sugerir a V.Exa... claro que é importante a participação do Presidente nesta convocação, e fazemos um apelo a ele, mas podíamos ver quais são os membros e marcamos uma reunião dessa comissão para a semana que vem, para casar os dois trabalhos. Há PELOs que estão para ser observadas do ponto de vista de mérito. O Deputado Aylton Gomes, que está presidindo, sabe disso, porque nós temos votado sempre na Comissão de Constituição e Justiça. Há também esse trabalho de revisão, fundamental, a que V.Exa. se refere. Eu quero deixar essa sugestão. Coloco-me à disposição dos colegas para contribuir.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu estou pedindo, inclusive, que os colegas encaminhem para os seus Líderes. Eu, no momento, não estou vendo nenhum dos Líderes aqui, mas peço a S.Exas. que, na próxima reunião de Líderes, possamos fazer esse encaminhamento.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. toca num assunto de extrema importância, porque, cada dia mais, estou convencida de que não é possível o Estado deixar de receber recursos importantes para desenvolver políticas públicas, por alguma razão. Foi dito aqui, na votação que fizemos recentemente para a redução dos impostos da área atacadista, que isso contribuía para que nós não perdêssemos empresas para a região de Goiás. Isso remete a uma discussão. Se há alguma coisa nociva para a população, sobretudo a mais pobre, a que mais precisa de políticas públicas, é a chamada guerra fiscal.

Acho que o Brasil só vai acertar quando, de fato, o Congresso Nacional tiver a coragem de votar uma reforma tributária. Uma reforma tributária que compatibilize os impostos e que impeça essa fúria da guerra fiscal. Porque nós baixamos aqui os impostos do setor atacadista. Daqui a alguns dias, Goiás vai baixar mais ainda, e nós vamos baixar mais ainda. Aonde vamos chegar? O Estado deixa de se capitalizar para cuidar da saúde, da educação, da assistência social, de todas as políticas públicas são tão fundamentais.

Eu quero dizer que é importante a sua lembrança. De fato, deveríamos fazer essa análise e, inclusive, discutir com o Executivo que setores, hoje, realmente precisariam de certa relativa isenção fiscal e em que outros setores nós poderíamos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

já, abrir mão de que ela exista. Porque não é possível que sempre sejam beneficiados os setores empresariais e sempre sejam prejudicados os recursos necessários às políticas públicas para o Distrito Federal.

Portanto, acho extremamente pertinente a sua lembrança e acho que, de fato, esta Casa deveria se debruçar sobre isso.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte, Deputada Arlete Sampaio. Muito obrigada, colegas. Era esta a mensagem que eu queria deixar hoje: a mensagem do PSD sobre a importância dessa revisão fiscal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Deputada Eliana Pedrosa, eu quero só reiterar e falar que V.Exa. está corretíssima. Como membro da Mesa, vou fazer essa solicitação ao Presidente, para que faça essa convocação, que também foi sugerida pelo Deputado Chico Leite, o mais breve possível. Vamos ver se encurtamos essa data, porque acho que essa discussão já passou da hora. Precisamos rever muita coisa na nossa Lei Orgânica. Está na hora de ela se equalizar com a nossa Carta Magna. V.Exa. está de parabéns pela fala de hoje.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, a despeito de anteceder um período de feriado prolongado, espero que possamos nos debruçar naquilo que foi o pedido da Deputada Eliana Pedrosa. Eu até quero resgatar aqui com a Deputada Eliana Pedrosa a possibilidade de votarmos, extrapauta, o Projeto do Conselho de Gestor das PPPs. É uma proposição que já tramitou na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, bem como na Comissão de Constituição e Justiça. Eu quero fazer um apelo aos colegas, para que tenhamos *quorum* para votar essa matéria.

Eu reconheço que hoje não conseguimos dar desdobramento na reunião de Líderes, por falta de alguns colegas. Consequentemente, não conseguimos dar continuidade ao debate dos vetos, mas há um acordo que, eu entendo que está valendo – não é isso, Deputada Eliana Pedrosa? –, de que, nesta semana, teríamos condições de apreciar esse projeto de lei que já foi debatido e aprovado nas comissões afetas a essa matéria que tramitou na Casa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos colegas Deputados que estejamos atentos à audiência que teremos amanhã, a última audiência planejada por esta Casa, sob a coordenação do Deputado Chico Leite, Deputado Rôney Nemer e do Deputado Cláudio Abrantes, no que diz respeito ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Esta proposta que tramita na Câmara Legislativa é uma proposta de atualização do Projeto de Lei Complementar nº 17, de autoria do Poder Executivo, que procura evitar aquilo que foi motivo de arguição de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

inconstitucionalidade por parte do Ministério Público e acolhido pelo Tribunal de Justiça. Que isso seja, portanto, resgatado no referido projeto.

Há um detalhe que é importante destacar. Na proposta do governo são acrescentados alguns elementos adicionais em função daquilo que o novo governo entendeu ser relevante para a complementação da atualização do PDOT. Naturalmente, essa matéria vai ser apreciada pelo Ministério Público, que tem tido, até o momento, a leitura de que deve se restringir às emendas que tiveram as arguições de suas inconstitucionalidades acolhidas no Tribunal de Justiça.

Mas, o que nós queremos é que, após esta audiência prevista para amanhã, os nossos relatores possam, assim, sentar e trabalhar a própria relatoria, para que esta Casa, ainda nas duas próximas semanas do mês de abril, tenha condições de apreciar o PDOT. Que isso, conseqüentemente, sirva de guarida para a apreciação da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Eu quero deixar aqui o meu apelo particularmente aos colegas Deputados, em especial aos nossos relatores. Eu quero me colocar à disposição na intermediação do diálogo com a Sedhab, que é a secretaria que acompanha esse debate nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, são essas as considerações que eu deixo na Casa, para que possamos nos debruçar e encontrar uma saída para apreciação no plenário da Câmara Legislativa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Obrigado pelas palavras de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Convido a Deputada Eliana Pedrosa para secretariar os trabalhos da Mesa.

Não havendo mais Líderes inscritos, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra a Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, como eu já falei no horário de Líderes, vou deixar para os colegas fazerem uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Caro Deputado Aylton Gomes, Presidente desta sessão, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, hoje foi lida aqui uma moção que estou apresentando a esta Casa e que eu gostaria imensamente, caso haja *quorum*, que fosse apreciada. Diz respeito a um protesto necessário que toda a sociedade deve fazer à decisão da 3ª Junta do STJ, proferida no dia 23 de novembro de 2011, e publicada no Diário da Justiça no dia 23 de março de 2012. Diz respeito ao julgamento de um estupro de três adolescentes, à época com 12 anos. Infelizmente, a Sra. Ministra que proferiu o relatório relativiza esse crime porque, segundo consta, essas meninas já tinham prática sexual, ou seja, já eram exploradas sexualmente. Então, simplesmente, essa decisão revitimiza as adolescentes. Isso é um absurdo. Nós não podemos ficar calados diante de uma situação como essa, e temos que protestar para que o STJ possa revisar essa decisão da 3ª Turma.

Há dois crimes aqui. Primeiro, a incidência da exploração sexual nas adolescentes; e o segundo crime, o estupro efetuado contra elas. Então, ao invés de considerar relativo o crime de estupro porque já havia a prática sexual das meninas, houve parecer que justamente revitimiza essas garotas.

Então, eu gostaria de propor a todos os nossos colegas Parlamentares, caso haja possibilidade de votarmos, que pudéssemos apreciar essa moção hoje, aqui neste plenário.

Foi publicado no *Correio Braziliense* de hoje um artigo de minha autoria também versando sobre esse tema. De fato, várias manifestações já aconteceram, manifestações da Comissão Justiça e Paz da CNBB, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e de diversos outros órgãos e instituições porque, de fato, essa decisão agride tudo o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, eu gostaria de pedir a todos os nossos Deputados para votarem favoravelmente a essa moção.

Ao mesmo tempo, faço um convite aos Deputados que desejarem participar hoje à noite de uma audiência pública, no nosso auditório, que versa sobre a terapia comunitária. São dez anos de instalação da terapia comunitária aqui no Distrito Federal e é uma técnica de abordagem do sofrimento psíquico muito interessante. Seria interessante os nossos colegas Deputados compreenderem, participarem e darem uma força a esse trabalho magnífico que é feito no Brasil inteiro e aqui no Distrito Federal através de uma entidade chamada Mismec.

Quero também lembrar que na semana que vem, dia 12, teremos uma comissão geral...

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Deputada Luzia de Paula, com todo carinho, informo a V.Exa. que, durante os Comunicados de Parlamentares, não há possibilidade de apartes. Logo após as palavras da Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. pode solicitar o uso da palavra e, da mesma forma, o Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Concluindo a minha fala, quero convidar a todos para, no dia 12, na comissão geral, discutirmos a situação da população que vive nas ruas. Será um debate interessante. Nós convidamos várias personalidades que entendem do assunto, inclusive a professora que coordenou o trabalho de pesquisa da população em situação de rua. Eu gostaria muito que todos os Parlamentares pudessem comparecer a essa comissão geral no dia 12 próximo.

Muito obrigada.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço desculpas, pois pensei que ainda estávamos no primeiro momento.

Eu queria me somar à Deputada Arlete Sampaio e, como mãe, como avó, como mulher, fazer aqui um grande protesto. É com muita dor que nós percebemos que, muitas vezes, as pessoas têm um sentimento muito desumano. Com certeza, talvez, essa pessoa não tenha uma criança nessa idade. Culpar uma menina de 12 anos pelos seus atos. Não há entendimento, por mais que seja juiz, que tenha cursado uma universidade, que tenha tido acesso às letras, é uma grande ignorância e também por não perceber que, se essas meninas chegaram a usar o seu próprio corpo, até para sobreviver, é justamente porque elas não tiveram do Estado e nem tiveram dos juízes o que elas precisavam, alguém para defendê-las e para protegê-las.

Então, é muito doloroso presenciarmos, no momento em que vivemos, em pleno século XXI, alguém que pense dessa forma e aja dessa forma! E deixo um questionamento: será que essa pessoa agiria da mesma forma se fosse a filha dela? Será que ela teria o mesmo posicionamento?

Infelizmente, se um dia essas meninas tivessem tido a oportunidade de ser amparadas enquanto crianças, com certeza, se elas tivessem tido uma creche, uma escola de período integral, se pudessem ter tido uma verdadeira família, um verdadeiro lar, amor, segurança, uma alimentação merecida, com certeza, elas não estariam nessa idade praticando os atos que a sociedade... Quando uma menina nessa idade está praticando atos como esses, é justamente porque a sociedade a levou a isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Então, Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. conte com o meu voto, com o meu apoio e também com a minha solidariedade no movimento e na ação que V.Exa. encaminhar em relação a esse assunto.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Somente, também, para me irmanar com a Deputada Arlete Sampaio nesse protesto. Quero solicitar, inclusive, que a gente componha um acordo para que isso seja votado ainda nesta tarde, no sentido de repelir de forma muito firme essa decisão, porque infelizmente o que a gente conseguiu aferir daquilo tudo é que a condição da vítima acabou se tornando a conduta ruim, quase delituosa, pois fazia uso do corpo dela. Então, por conta disso, tudo se poderia com aquelas crianças.

Realmente, esse é um assunto muito sensível e esta Casa não poderia ficar fora desse protesto. Quero parabenizar a Deputada Arlete Sampaio pela sua sensibilidade e solicitar, encaminhando para a questão de ordem, que a gente consiga incluir na pauta, ainda hoje, essa moção de autoria da Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – A minha questão de ordem é para que pudéssemos, pois há uma compreensão dos Deputados, e peço apoio dos Líderes, iniciar a pauta de votação, porque estamos com *quorum* e receio que possamos perdê-lo e, assim, não iremos conseguir votar nada na tarde de hoje.

Portanto, peço à V.Exa. compreensão. Se os colegas Deputados pudessem abrir mão das falas para iniciarmos a pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – A questão de ordem de V.Exa. está acatada por esta Presidência. Antes, porém, Deputado Wasny de Roure, o Deputado Olair Francisco pediu também uma questão de ordem e, logo após, a Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é justamente em cima da questão de ordem do Deputado Wasny de Roure. É importante que a gente inverta a pauta, porque eu sou o número treze aqui do *quorum* e não estou me sentido bem. Se fosse possível fazer isso...

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Esta acatada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar a Deputada Arlete Sampaio pela iniciativa de propor essa moção.

Como disse a Deputada Luzia de Paula, é um absurdo, é impensável que uma mulher tenha feito o relatório que deu causa a esse julgamento. Todos nós sabemos que muitas dessas meninas são vendidas. Em Taguatinga – eu fui Secretária de Desenvolvimento Social – havia estabelecimento que leiloava menina de 8, 10 anos. Depois disso, elas ficavam nas mãos de gigolôs e se prostituíam por falta de alternativa. Ninguém vai para essa vida porque quer. Ou é uma questão, como a Deputada Luzia de Paula falou, de sobrevivência – às vezes é o único meio de vida, porque que criança não pode trabalhar, segundo a nossa legislação –, ou é uma questão, às vezes, de medo de perder a vida, porque são ameaçadas, são violentadas, são vítimas de violência das pessoas que as exploram. Os recursos praticamente não ficam com elas. Fazer um julgamento desses, tirar o direito de uma criança que já está ali sem direito algum, a quem nem o Estado, nem a família, como manda a Constituição Federal, conseguiram garantir o sustento, a educação, o acolhimento, isso de fato nos choca. De todas as notícias chocantes que eu li neste ano, esta foi a pior: ver que pessoas que estudaram, pessoas que têm educação, um coração de mãe, de mulher e mãe, tenham ajudado que o veredito final fosse esse.

Essa moção é muito importante. Mais do que essa moção, nós poderíamos organizar um protesto. Temos que fazer alguma coisa, porque foi um dos maiores absurdos. Há julgamentos equivocados, mas esse julgamento está muito longe do equívoco. É um erro total. É um desrespeito total à vida humana, à infância. É um desrespeito a cada um de nós cidadãos brasileiros que queremos que os nossos filhos tenham amparo na lei.

Eu deixo aqui registrado esse meu apoio à moção da Deputada Arlete Sampaio. Gostaria que nós todos a tivéssemos assinado, mas a Deputada Arlete Sampaio, com toda a sua sensibilidade, o fez em primeiro lugar. Eu a parabenizo por isso. Nós temos que ir um pouco além, Deputada Arlete Sampaio. Deputado Chico Leite, nos dê uma luz: um pedido de revisão disso, como é que pode ser feito, se puder ser feito? Temos que nos organizar nas redes sociais. Nós temos que ir muito mais além, porque, de fato, é uma situação que envergonha todos nós brasileiros e brasileiras.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Esta Presidência também se solidariza com a Deputada Arlete Sampaio. Eu quero dizer também que repudio, em todos os níveis, ações como essa. Como a nobre Deputada Eliana Pedrosa disse muito bem, saiu do coração de um humano, de um pai, de uma mãe, para chegar a esse veredito. São crianças que estão à margem da sociedade, que já fazem parte da mazela social, do abandono humano, que são usadas da forma como foram usadas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

e um juiz tem a coragem de dizer que ali não havia como dar uma pena porque ela já fazia uso do seu corpo. Isso é um absurdo! Não dá nem para falar do assunto.

Eu quero parabenizar V.Exa. pela sensibilidade, por ter tido essa iniciativa. Eu gostaria também de ter subscrito a moção. Mas me somo a qualquer ação que, em consequência desse ato de V.Exa., seja positiva para a gente reverter e trazer à sociedade, à tona, para um grande debate. O que estamos fazendo com as nossas crianças para que juízes estudados, catedráticos, acadêmicos deem veredictos dessa natureza? Isso é abandonar as nossas crianças.

Eu sou pai de um filho de 12, de um de 9 e tenho uma bebê de 4 anos e não quero nem sonhar que essa bebê passe perto de um juiz dessa qualidade, que dê um veredito assim. Esse tem que ser banido dos quadros dos magistrados do nosso Brasil.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, com a permissão de V.Exa., reportar-me ao mesmo tema. Antes da decisão do juiz ou da juíza, ou da ministra, é preciso que nós, talvez, precisemos fazer uma avaliação de pressupostos, de pressupostos culturais em um país sexista, machista, cuja cultura é lamentavelmente permissiva com esse tipo de ato. De decisão judicial quando a gente não gosta, a gente recorre, e certamente existe instrumento hábil a recurso em hipótese como essa, Deputada Eliana Pedrosa. Mas pior do que isso é que nós sabemos que a superestrutura – as instituições – reflete a infraestrutura. A cultura, portanto, acaba fazendo refletir a decisão dos Poderes – do Poder Judiciário, do Poder Legislativo –, as posições daqueles que, de alguma sorte, representam-nos.

Mais do que a moção, que é importantíssima para mostrar nossa indignação com o fato – não é com o magistrado ou com a magistrada, mas é com o fato, porque ele está refletindo uma cultura dominante –, é importante nós fazermos o combate nas pequenas rodas, do ponto de vista educacional – onde pudermos, na escola, nas nossas convivências, nas nossas andanças –, é importante que nós consigamos trabalhar uma cultura de respeito ao outro, de não cumplicidade, de não aceitação de gestos como esse.

O assédio sexual, Deputado Aylton Gomes, durante muito tempo, não era crime – como até hoje o assédio moral não é crime –, entre nós. Já era crime entre os franceses, no código francês de 1984, mas não era entre nós. Houve todo um processo que passou pela rejeição da sociedade, que passou pela reprovação do próprio direito. Era uma ação indenizatória, era uma reclamação trabalhista, até que se tipificasse como crime, no art. 226, *a*, como está hoje no Código Penal. Do assédio sexual, outrora, as moças ficavam até com vergonha, porque a nossa cultura sexista, machista, quase que compelia, obrigava, parecia algo normal, comum, até que a sociedade se indignou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

O mais importante da moção, Deputada Arlete Sampaio, e V.Exa. está de parabéns, é que nós, antes de mudarmos a decisão... E só vamos conseguir fazê-lo e não ter outras como essa quando nós mudarmos a própria cultura, quando nós começarmos a ter preconceitos contra essas visões que são demonstradas nas pequenas rodas, entre amigos etc., quando não acharmos graça, quando não virmos como piada, e por aí vai. Quer dizer, essa modificação cultural é que vai fazer com que nós consigamos também modificar o pensamento das autoridades, porque os juízes, os promotores, os governadores, enfim, saem daqui do povo e saem com essa formação.

Do mesmo jeito, a criminologia radical de Alessandro Baratta, na Alemanha, tem pregado o preconceito contra os ladrões do dinheiro público. Qual é o problema? O sujeito rouba o dinheiro público e depois é convidado para ser paraninfo de formatura porque paga a festa. Ora, a sociedade está sendo com isso complacente. O sujeito rouba o dinheiro público, aí alguém da sociedade vem pedir um patrocínio, não sabe de onde vem o dinheiro, ora, o dinheiro vem de algum lugar, pode ser dinheiro público, pode ser dinheiro de outrem, dinheiro de origem ilícita. Então o criminalista Alessandro Baratta, um italiano que exerce um cargo extraordinário no direito alemão, na Alemanha, preconiza o preconceito efetivo contra este tipo de bandido, que é o pior, pois mata uma geração inteira. Quem está na política para fazer negócio comete crime contra a humanidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Indago se algum Deputado ainda deseja fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é terça-feira. É uma terça-feira santa, mas é um dia de trabalho. Fui ao médico, Deputado Rôney Nemer, pela manhã, por volta das 11h30min. O cardiologista Dr. Geniberto me dizia que, na quinta-feira, estará de plantão trabalhando. Portanto, nada justifica que não votemos nesta Casa hoje, absolutamente nada. Estamos neste momento aqui com onze Deputados.

Nós estamos aqui entrincheirados para votar. Então, peço a algum Deputado que esteja me ouvindo para que venha até aqui completar os treze. Sei que o Deputado Robério Negreiros e o Deputado Evandro Garla estão vindo, mas convido também outros Deputados que estejam nos gabinetes. Não adianta V.Exa. iniciar neste momento a Ordem do Dia se não estamos em treze, pois se encerrará a sessão. Portanto, falarei aqui uns minutinhos e gostaria que outros Deputados se manifestassem também, até completar o *quorum*. O Deputado Olair Francisco e o Deputado Washington Mesquita, que é um bom cristão, estão chegando. O melhor gesto cristão que faremos hoje é trabalhar. Cristo, no dia de hoje, Deputado Cláudio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Abrantes, estava trabalhando, e isso faz mais de 2 mil anos. Ele estava trabalhando. Tudo bem que Judas estava lá pronto para traí-lo, esperando a hora de dar o bote. Diz o Deputado Rôney Nemer que não é muito diferente aqui. É importante alcançarmos o *quorum*, Deputado Paulo Roriz, e votarmos no dia de hoje. Esta Casa não pode continuar sem votar. Temos de justificar o bom salário que ganhamos, um bom salário. O Deputado Washington Mesquita, bom cristão, está chegando. O Deputado Olair Francisco poderia estar de folga em virtude do falecimento da sua mãe – com o que nos solidarizamos –, mas S.Exa. estava aqui, vai voltar e iremos votar. O Deputado Robério Negreiros também estava aqui e deve estar voltando também. Eu faço um apelo a algum Deputado que ainda esteja no gabinete para que venha ao plenário, a fim de podermos efetivamente votar.

Esse é o meu apelo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. muito bem sabe que, muitas vezes, o Parlamentar que não está no plenário não necessariamente está à toa, ele pode estar trabalhando. Eu gostaria de fazer menção às duas Parlamentares do PSD. Não sou de outra bancada e não sei dizer do trabalho de outros Parlamentares, mas tivemos um almoço, hoje, da bancada do PSD em que a Deputada Celina Leão, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, recebeu um telefonema, e havia um atendimento importante a ser feito. Se o cidadão está na rua, e V.Exa. sabe disso muito bem, e precisa de um atendimento que fere os direitos humanos, ele não quer saber se haverá votação, ele quer o atendimento da sua necessidade. Só queria fazer esse porém, porque, quando estamos no plenário, é muito ruim levarmos a entender que os outros não estão trabalhando, quando, na verdade, estão trabalhando também. Não existe só a votação, que, para mim, é de menos. Como disseram aí, nós temos mais de 10 mil leis. Ao cidadão se diz que ele não pode desconhecer a lei. Eu duvido que haja uma pessoa, seja jurista, sejamos nós, legisladores, que conheça todas as leis. Não conhecemos todas as leis. E votamos, e votamos, e votamos muitas vezes sem sequer nos aprofundar no tema.

Eu quero fazer esse registro porque acho muito injusto com Parlamentares amigos nossos, de nossa convivência, que hoje estão fazendo outro trabalho – poderia ser eu, poderia ser V.Exa., Deputado Rôney Nemer, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Aylton Gomes, qualquer um de nós, até mesmo o Deputado Chico Vigilante –, dizer que não está aqui e não está trabalhando. Estão trabalhando sim! E tenho certeza de que os Deputados trabalham é na terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. Essa tem sido nossa agenda.

Eu não gostaria de ouvir algo que pudesse fazer uma desfeita do meu trabalho, eu não gosto de fazer algo que leve à desfeita do trabalho de outros. O trabalho do Parlamentar não é apenas plenário. Até eu sinto muito que, às vezes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

tenhamos de vir aqui assinar um ponto, quando temos tantas e tantas demandas para fazer, porque votar é importante, mas atender às demandas que estão nas ruas, que são muitas, sérias e graves, também é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Deputada Eliana Pedrosa, esta Presidência se solidariza com suas palavras, porque as pessoas têm uma ideia de que o Parlamentar só trabalha durante a sessão. Eu moro em Planaltina e saio muito cedo daquela cidade. Sei como é a rotina da minha vida. Se você perguntar a minha esposa, a meus filhos o tanto de tempo que ficamos fora de casa, dizemos que é a rotina de trabalho, de cedo a de noite, final de semana, feriado, não para. A valorização do trabalho do Parlamentar não é só aqui. Aqui é um dever de ofício. Ele precisa estar presente. E os momentos que o Parlamentar tem de atender lá fora, temos de saber reconhecer e entender.

Parabéns, Deputada Eliana Pedrosa, por levantar uma bandeira que é a defesa que fazemos no dia a dia. Não trabalhamos só aqui. Temos o atendimento externo, a sociedade que nos aguarda e nos quer a cada dia. Eu já deparei com o Deputado Chico Vigilante em muitas outras ações fora da Câmara Legislativa. No momento de plenário, S.Exa. resolvia problemas da comunidade, do povo, do governo, demonstrando que é um Parlamentar ativo. Quero parabenizá-lo, porque sei que S.Exa. é atuante e encontro S.Exa. no dia a dia por aí.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso Regimento determina os dias de votação: terça, quarta e quinta, a partir de 15h. Portanto todo mundo sabe qual é o horário de votação. Todo mundo sabe que isso está no Regimento. Eu primo pelo cumprimento do Regimento. No restante dos dias, todos nós vamos para as ruas. Nos sábados, domingos e feriados, estamos atendendo as pessoas. Mas é preciso que se cumpra o que determina o Regimento. Na Câmara dos Deputados – eu fui Deputado Federal –, existe a prática de que a presença se contava no plenário, na votação. O Deputado que não estava presente na votação tinha o ponto cortado. É o que eu defendo que seja aplicado aqui também.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Item nº 3:

Apreciação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 159, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a inclusão do exame que especifica na coleta de sangue de doadores voluntários”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que nós retornemos ao item nº 1.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Deputado Wasny de Roure, a informação que eu tenho é que, quanto ao item nº 1 da pauta, não há acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, havia acordo. Eu participei. Houve acordo na manutenção e nas derrubadas. Eu pediria que voltássemos ao item nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Deputado Wasny de Roure, eu vou solicitar aos Líderes que confirmem essa informação de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há acordo no todo, mas em alguns itens há acordo. Então poderíamos...

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – É por isso que estamos aqui, Deputado Rôney Nemer, no item nº 3, que é um veto...

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, poderíamos apreciar algumas coisas desse veto em que há acordo, como o art. 3º, o inciso...

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Deputado Rôney Nemer, eu vou fazer uma solicitação junto aos Líderes para que eles confirmem essa informação e a gente dê continuidade à votação. O Líder Deputado Prof. Israel Batista encontra-se presente? Vice-Líder Deputado Joe Valle, há acordo no item?

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, todos os demais, o motivo do atraso – já era para que nós estivéssemos aqui – é que eu estava recebendo no meu gabinete uma comissão da população da cidade de Samambaia, que se queixava veementemente por provavelmente não poder realizar o Cristo Negro, que é feito há dezesseis anos naquela cidade.

Nós fizemos uma emenda que não é de cunho religioso, é uma emenda cultural. As pessoas de Samambaia não têm um cinema, não têm um teatro, não têm nada. Elas levam 15 mil pessoas, e agora está difícil de se liberar uma emenda nossa. Está aqui o Deputado Wasny de Roure. Por isso nós estávamos com esse pessoal lá.

Então, eu queria sugerir às autoridades competentes que, se fosse possível – se tiverem boa vontade ainda dá tempo –, isso fosse feito, porque as pessoas já saíram de lá achando que o Cristo Negro não vai ser realizado – uma perda muito grande para a cidade de Samambaia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Esta Presidência se solidariza com V.Exa. Eu sei realmente que vias-sacras nas cidades-satélites têm um peso. As



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

peças, nesta Semana Santa, realmente têm uma caminhada mais próxima de Deus, e a via-sacra aproxima as pessoas da igreja.

Eu tenho certeza de que a Procuradoria do Distrito Federal... Eu tenho certeza que o Líder do Governo, que é sensível, é religioso, um cara cristão, vai sensibilizar parte do Governo para fazer a liberação dessas verbas. Eu sei o quanto a gente passou. Estão aqui eu, o Deputado Cláudio Abrantes e tantos outros Deputados que ofereceram emenda à via-sacra de Planaltina, que é grande e há 39 anos vem sendo realizada. Todo ano o governo realmente tem essa sensibilidade.

Eu me somo a V.Exa. e clamo ao Governo por essa parte sensível. É uma emenda que vai agradar uma cidade inteira. Esse é trabalho do Parlamentar e V.Exa. está de parabéns.

DEPUTADO DR. CHARLES – Não é possível, Sr. Presidente, fazer a de Planaltina – que é maravilhosa, continuem fazendo! –, a de Taguatinga – com orçamento seis vezes maior – e deixar de fazer a de lá, que é a segunda de Brasília, não é? Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para que nós não percamos tempo, sugiro que apreciemos o veto colocado ao Projeto de Lei nº 523, de 2011, matéria vencida, matéria orçamentária. E aí já poderíamos, enquanto isso, tentar avançar em alguns outros itens.

Eu peço aos Deputados que permaneçam em plenário para que possamos manter o *quorum* para votação.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não há acordo para votação completa da Mensagem nº 399, que é esse veto da LDO. Nós estamos vendo aqui, talvez três itens, mas para o item nº 9 nós temos acordo para votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – O item nº 9 ou do item nº 1, inciso do art. 9º. Há acordo entre os Líderes para votação do item nº 9.

Item nº 9:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 523, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$60.377.557,00 (sessenta milhões, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais)".

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, trata-se de veto parcial ao Projeto de Lei nº 523, de 2011, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$38.919.678,00 (trinta e oito milhões, novecentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e oito reais).

Em realidade, V.Exa. e os colegas vão perceber, para efeito dessa votação, que, durante a tramitação, o projeto recebeu 32 emendas parlamentares. Na hipótese, por erros técnicos ou no cancelamento ou na suplementação, houve veto às Emendas nºs 3, 7, 13, 25, 28 e 29. S.Exa. o Governador vetou tais emendas em razão de erros técnicos. É preciso dizer que existiam erros técnicos que chegavam a causar a inviabilização de suas efetivações.

Era o que eu tinha a esclarecer, Sr. Presidente, para que os colegas pudessem estar aptos a votar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – A votação é pelo “sim”, pela manutenção do veto. Como foi dito, é matéria vencida e isso facilitaria enormemente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco os vetos parciais ao anexo referentes às Emendas nºs 3, 7, 13, 25, 28 e 29. Deputado Wasny de Roure? Sim. Deputado Chico Vigilante? Sim. Deputada Eliana Pedrosa? Sim. Deputado Dr. Charles? Sim. Deputado Joe Valle? Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	21



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/04/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Amexos referente às emendas nºs 03, 07, 13, 25, 28 e 29

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 523/11

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	TOTAL		14			10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR _____ ASSP/ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Consulta aos Líderes qual o próximo item em que há acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, podemos retornar ao item nº 1. Já há acordo em alguns incisos e artigos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Podemos votar, Deputado Wasny de Roure, já há acordo entre os Líderes para a votação de alguns incisos do item nº 1.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Há acordo em sete itens. Já ajudaria a reduzir o número.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Eu gostaria que V.Exa. viesse à Mesa para indicar ao Secretário, antes de S.Exa. fazer a leitura do item, quais são os itens que vão ser...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – São os seguintes: o art. 4º, inciso II, que é pela derrubada; o inciso III do art. 9, esse é pela manutenção; incisos XXI e XXII do art. 9, também pela manutenção; art. 12, pela derrubada; art. 24, pela manutenção; art. 70, § 3º, pela manutenção; art. 80, § 2º, também pela manutenção.

Estes são os acordos já formatados.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Gostaria que V.Exa. repetisse. O inciso II do art. 9º, é derrubada ou manutenção?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Inciso III do art. 9, é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Do art. 9º.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Esse é pela manutenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – E o inciso II do art. 4º?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Esse é pela derrubada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 336, de 2011, do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa é daquelas hipóteses, colegas, em que S.Exa. o Sr. Chefe do Poder Executivo opôs veto parcial ao Projeto de Lei nº 336, de 2011, que “dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências”.

O art. 3º; o inciso II do art. 4º; três incisos do art. 9º; o art. 12; o art. 20; o art. 24; os parágrafos 1º e 2º do art. 35; o art. 42; o parágrafo 3º do art. 70 e o parágrafo 2º do art. 80, são todos de matéria técnica.

Aos colegas é preciso garantir: todos os equívocos técnicos tornariam inviável... Esse é o motivo efetivo da oposição do veto.

Era isso que tinha a dizer aos colegas para que pudessem se manifestar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Esta Presidência consulta aos Líderes se há acordo para a votação, em bloco, dos vetos parciais aos seguintes: artigo 3º; inciso II do art. 4º; inciso III, inciso XXI e inciso XXII do art. 9º; art. 12; art. 20 e art. 24; §§ 1º e 2º do art. 35; art. 42; § 3º do art. 70 e § 2º do art. 80. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria a votação só das derrubadas. Então, seria realizada a votação pela derrubada do inciso II do art. 4º, e depois o art. 12. São dois itens que são pela derrubada. O art. 4º, seu inciso II, e o art. 12.

Então, votaríamos primeiro esses pela derrubada e, depois, os demais que estão acordados pela manutenção. Portanto, seriam realizadas duas votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Neste momento, passaremos à votação, em separado, dos vetos parciais ao inciso II do art. 4º e ao art. 12 do Projeto de Lei nº 336, de 2011.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	24



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/04/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): maso II do art. 4º e art. 12 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 336/11

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Chris Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT		X				
	AYLTON GOMES	PR		X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X				
	DOUTOR CHARLES	PTB		X				
	DR. MICHEL	PSL		X				
	ELIANA PEDROSA	PSD		X				
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB		X				
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS		X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X				
	PAULO RORIZ	DEM		X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB		X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	TOTAL			15		9		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE ASSP Nº _____ / _____
Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	15	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR 1387 ASSP/ _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação dos vetos parciais ao inciso II do art. 4º e ao art. 12: 15 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Foram rejeitados os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Em discussão e votação os vetos parciais ao inciso III do art. 9º, incisos XXI e XXII do art. 9º, art. 24, § 3º do art. 70 e § 2º do art. 80 do Projeto de Lei nº 336, de 2011.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos são pela manutenção do veto. Portanto, o voto é “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Esta Presidência consulta os Líderes se há acordo para a votação. (Pausa.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, com todos os itens, à exceção do § 3º do art. 70, há acordo para manutenção. Quanto a esse item, há acordo para votação. O meu encaminhamento pela bancada do PSD, se houver outros Deputados aqui, como o Deputado Washington Mesquita, é pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Então, não há acordo para o § 3º do art. 70?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Há acordo para votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Então, está bem.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não há acordo quanto ao voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Então, nós vamos votar posteriormente a essa votação, em separado.

Passa-se à votação, em separado, dos vetos parciais ao inciso III do art. 9º, incisos XXI e XXII do art. 9º, art. 24 e § 2º do art. 80 do Projeto de Lei nº 336, de 2011.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Os vetos exigem, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os vetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/04/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): incisos III, XXI e XXII do art. 9º, art. 24, § 2º do art. 80

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 336/11

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	-			X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	-			X		
	CELINA LEÃO	PSD	-			X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	-			X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	-			X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	-			X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	-			X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	-			X		
	PATRÍCIO	PT	-			X		
	TOTAL		15			09		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR _____ ASSP/ Nº 1

ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Ficam mantidos os vetos parciais ao inciso III do art. 9º, incisos XXI e XXII do art. 9º, art. 24 e § 2º do art. 80 do Projeto de Lei nº 336, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Passa-se à votação, em separado, do veto parcial ao § 3º do art. 70 do Projeto de Lei nº 336, de 2011.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço aos colegas da base de sustentação do Governo que votem “sim”, pela manutenção do veto parcial ao referido item. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Em discussão o veto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/04/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): § 3º do art. 70

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
 PROJETO DE LEI Nº(S) 336/11

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD		X				
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	TOTAL		13	1		10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE ASSP Nº _____ / _____
Fls.º _____

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Chico Leite MAT. 1386 ASSP/ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto parcial ao § 3º do art. 70 do Projeto de Lei nº 336, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 26 e o item nº 27 também são matérias vencidas e a votação delas limparia a pauta sem maiores problemas, porque são matérias orçamentárias do ano passado. Portanto, não haveria maiores problemas, Sr. Presidente. Inclusive há emendas minhas vetadas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deixe-me fazer uma solicitação. Eu queria que, antes do veto, fosse votada a moção da Deputada Arlete Sampaio. Eu queria fazer esse pedido, Sr. Presidente, como prioridade.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Está aceita a solicitação da Deputada Eliana Pedrosa. Antes da votação do veto, vamos fazer a votação da moção da Deputada Arlete Sampaio. Essa moção sensibilizou muito esta Casa neste dia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Há acordo de Líderes para se votar a moção da Deputada Arlete Sampaio?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço apoio dos Líderes para que, nesse intervalo, possamos votar também o requerimento de transformação da sessão do dia 19 em comissão geral para debater os quiosques e *trailers*.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Então, há acordo de Líderes para votação em bloco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 258, de 2012, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “protesta contra decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.358, de 2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, que “requer a transformação da sessão plenária de 19 de abril de 2012 em comissão geral para debater os problemas relativos à implementação dos planos de ocupação de *trailers* e quiosques instituídos pela Lei nº 4.257, de 2008”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção e o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção e o requerimento estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

Item nº 26:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 637, de 2011, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$14.633.974,00 (quatorze milhões, seiscentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e quatro reais)”.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Esse é o último veto, não é isso?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Temos mais outro veto e um projeto de lei.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sim, é porque eu iria propor que votássemos o requerimento do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Já foi votado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Votamos a moção. Votou junto?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Foi dito, houve acordo e foi votado em bloco.

DEPUTADO CHICO LEITE – Está certo. É porque eu sempre me oponho a votações em bloco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir relatório sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 637, de 2011. Trata-se de uma hipótese de crédito suplementar. O que há na hipótese é que não havia recursos para cumprir parte do cancelamento. Foi exatamente por isso que foi vetada a Emenda nº 2. Era exatamente em relação a ela que havia problema.

Era isso que tínhamos de saber para nos manifestar sobre o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Consulto os Líderes para saber se há acordo para votarmos em bloco os vetos parciais à parte dos Anexos nºs I, II, III e IV referente à Emenda nº 2.

Há acordo.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/04/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parte dos Anexos I, II, III e IV referentes a emenda n=02

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 637/11

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	-			X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	TOTAL		14			10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR M. Ant ASSP/ Nº 1
ASSINATURA 1380 MAT. FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foram mantidos os vetos parciais.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Pergunto aos Líderes se ainda há mais algum acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, nós poderemos votar o item nº 27 e eu quero pedir, em cumprimento ao acordo firmado na semana passada, a votação do Projeto de Lei nº 773.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 04 2012	16h55min	24ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AYLTON GOMES) – O Expediente lido vai à publicação.

Com 12 Deputados presentes e 12 ausentes, não há mais *quorum* para votação.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h15min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 63 – Suplemento, de 13/4/2012.